

## EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL

**Rosilene Simões de Brito<sup>1</sup>**

Aluna do curso de mestrado da Facultad de Ciencias Sociales interamericana/FICS, do programa de Pós-graduação em Ciências da Educação.

<https://orcid.org/0009-0000-1392-3478>

E-mail: [rosilene.brito@escola.seduc.pa.gov.br](mailto:rosilene.brito@escola.seduc.pa.gov.br)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-24>

**RESUMO:** A reflexão sobre a educação e meio ambiente é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e sustentável. Onde o impacto das atividades humanas em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, cria uma necessidade urgente de uma abordagem educativa que promova o respeito à natureza e o uso responsável dos recursos naturais. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social e seu enfoque deve buscar um ambiente na perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais futuramente se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. A educação Ambiental vem como uma ferramenta de esperança para que as gerações de hoje e futuras tenham um equilíbrio e a importância de cuidar racionalmente do meio ambiente na perspectiva de vivermos harmoniosamente com esses recursos a limitados na natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Sustentabilidade. Meio Ambiente. Sociedade.

### EDUCATION AND ENVIRONMENT: BUILDING A SUSTAINABLE FUTURE

**ABSTRACT:** Reflection on education and the environment is one of the fundamental pillars for the development of a more conscious and sustainable society. Where the impact of human activities in a context marked by the permanent degradation of the environment and its ecosystem, creates an urgent need for an educational approach that promotes respect for nature and the responsible use of natural resources. Thus, it must be above all a political act aimed at social transformation and its focus must seek an environment from the perspective of holistic action that relates man, nature and the universe, taking as a reference that natural resources will be exhausted in the future and that the main person responsible for their degradation is the human being. Environmental education comes as a tool of hope for today's and future generations to have a balance and the importance of rationally caring for the environment from the perspective of living harmoniously with these limited resources in nature.

**KEYWORDS:** Education. Sustainability. Environment. Society.

---

<sup>1</sup> PROFESSORA ORIENTADORA: **Maria Barbara da Costa Cardoso**. Doutora em Educação (UFPA). Licenciada em Pedagogia. Atua na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA. <http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>; E-mail: [barbara.costa@csfx.org.br](mailto:barbara.costa@csfx.org.br)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto de pesquisa em andamento desenvolvido no curso de mestrado da Facultad de Ciencias Sociales interamericana/FICS, do programa de pós-graduação em ciências da educação. A inquietação pela temática estar relacionado com minha profissão de professora numa escola pública de educação fundamental, onde a reflexão sobre as práticas sociais, que envolve a questão do meio ambiente e do seu ecossistema nos últimos anos foram registrados recordes de mudanças climáticas, decorrentes sobretudo do aquecimento global, possivelmente já se fazem perceber, estão cada vez mais frequentes causando alertas a o todos nós sobre como futuramente poderemos viver no mundo chamado terra.

Nesse sentido destaca-se a educação ambiental como como uma função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável, que segundo o Relatório Brundtland de 1987, é aquele capaz de satisfazer as demandas do presente, sem interferir a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Articulando neste processo aspectos de ordem econômica, social, cultural e ambiental (United Nations, 1987).

Assim, torna-se evidente como reporta (Carvalho et al., 2018) a necessidade de se repensar um modelo de produção que exista a possibilidade de desenvolvimento econômico, acompanhado pelo desenvolvimento humano, associado a preservação ambiental.

O presente estudo se pautou no seguinte questionamento: Como são materializadas as interfaces entre a educação ambiental e sustentabilidade no ensino de biologia, na turma do 1º ano do ensino médio da E. E. E. M. Cordeiro de Farias, considerando as práticas pedagógicas dos professores na perspectiva de manutenção das concepções articuladas com o modo de produção vigente ou assume posturas que se pautam para a transformação da mentalidade dos educandos/as frente a crise ambiental?

Para acompanhar o problema apresentado, objetivamos analisar como a educação ambiental e os princípios da sustentabilidade estão sendo trabalhos nas aulas de biologia do 1ª ano do Ensino Médio? Identificar se os professores de biologia participam de cursos

de formação continuada para desenvolver os conteúdos de educação ambiental e sustentabilidade em salas de aulas? Compreender as dificuldades dos professores para ministrar o conteúdo educação ambiental e sustentabilidade nas aulas de Ciências Biológicas?

O presente estudo pautou-se na pesquisa qualitativa, por compreender que essa pesquisa valoriza as análises das literaturas que já foram publicadas, em artigos, teses, livros entre outros. Nessa pesquisa irá selecionar as principais publicações que estão articuladas com o objeto proposto. Na presente pesquisa selecionamos grupo de professores.

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever o sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É essencial que o pesquisador organize as obras selecionadas que colaborem na construção da pesquisa em forma de fichas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 3).

Para organizar o material da presente pesquisa, selecionamos as obras que reportam sobre a educação e sustentabilidade que consistiu em um estudo de campo com uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, que segundo Goldenberg (2004), busca interpretar os fenômenos científicos considerando fatores sociais, históricos, ideológicos, culturais, entre outros.

Após conhecermos o material da pesquisa, realizamos a análises dos dados, onde procuramos compreender a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a educação ambiental e sustentabilidade e as práticas pedagógicas dos docentes relacionados com o ensino de Biologia na escola de Ensino Médio, que é fundamental importância explorar as possibilidades de uma postura crítica sobre o meio ambiente para proporcionar aos estudantes um aprendizado mais enriquecedor, dinâmico e adequado ao mundo em que vivem, onde precisamos interligar ao desenvolvimento profissional dos educadores, uma vez que o aprimoramento de seus conhecimentos e habilidades sobre o uso de recursos sustentáveis na educação ambiental, possibilite atuação mais consciente e racional.

O texto está dividido em três partes, a primeira desta introdução onde destacamos o objetivo, o problema do estudo e os passos metodológicos. Na segunda parte, contextualizando a educação e as mudanças climáticas, e suas ameaças pela vida. Na terceira parte compreendemos a crise climática e o desafio educacional. Nas considerações finais apresentamos sinteticamente os principais pontos do estudo.

## CONCEPÇÕES EM SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A ideia de sustentabilidade suscita a prevalência do pressuposto de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e projetar um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também proporciona uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (Jacobi, 1997).

A situação atual é tão seria que é preciso esforço conjunto de toda a sociedade para que os recursos naturais sejam usados com cautela e racionamento aliados a um desenvolvimento de responsabilidade de políticas públicas para o bem-estar populacional.

Segundo Leonardo Boff (2017, p. 14) O grande propósito se resume nisto: criar um mundo sustentável de vida. A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominantemente nos tempos atuais. Ela deve cobrir todos os territórios da realidade, que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, a cultura, a política, a indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas. Sustentabilidade é um modo ser e de viver que exige, alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações.

Implica-se uma forma de pensar conscientemente onde o ser humano tem que ter consciência que tudo existente na natureza, meio ambiente é limitado. E para que possamos aproveitar desses recursos naturais teremos que racionalizar e reduzir certos hábitos cotidianos no uso desenfreado dos recursos naturais, caso, queiramos viver por muito tempo aproveitando os recursos advindos da natureza, na medida que o presente/futuro devem estar alinhado ao foco da sustentabilidade do planeta, homem e natureza de forma racional e consciente.

Ratificamos assim, que o desafio político e social da sustentabilidade, apoiado no potencial transformador das relações sociais que representam o processo da Agenda 21, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania. A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza.

Nesse sentido, nos reportamos a outra instituição que é a escola como ferramenta nessa convicção de zelo com os recursos, ambientais e o papel dos professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo. Entendendo, assim que a educação exerce um papel imprescindível na vida das futuras gerações, sendo a instituição escolar um aliado ao desenvolvimento de ações em sustentabilidade ambiental. Considerada eficientemente um instrumento educacional capaz de fortalecer hábitos de preservação e sustentabilidade. Sendo que, a Educação Ambiental e sustentabilidade passa a ser uma temática de evidência na sociedade contemporânea, especialmente, por indicar como uma estratégia para o embate do desequilíbrio evidenciado nas relações entre homem e natureza.

Entende -se assim, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em "mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas". E o principal agente dessa mediação é o

educador na função de mediador para a construção de referenciais ambientais e saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

Deste modo, a Educação Ambiental e sustentabilidade ganha relevância como um componente essencial no processo de formação integral do cidadão. Assim, tratando-se de uma temática interdisciplinar, ela precisa ser trabalhada de forma contínua, sistemática, contextualizando tais conteúdos com a realidade vivenciada no mundo contemporâneo (Soares; Signor, 2020).

A educação ambiental emerge como um elemento central na construção de uma sociedade sustentável, sendo indispensável para a formação de indivíduos críticos e conscientes de suas responsabilidades em relação ao meio ambiente. Ao promover o entendimento das interconexões entre os sistemas naturais, sociais e econômicos, ela possibilita a sensibilização e o engajamento necessário para a implementação de práticas que minimizem impactos ambientais e fortaleçam a sustentabilidade.

No contexto das crescentes crises climáticas e ecológicas, a educação ambiental deve transcender a mera transmissão de conhecimentos, atuando como um processo transformador que inspire mudanças de comportamento e empodere comunidades para agir local e globalmente. Iniciativas educacionais alinhadas aos princípios da sustentabilidade podem contribuir para uma sociedade mais resiliente, capaz de enfrentar os desafios do presente e de construir um futuro mais equilibrado e inclusivo.

É sabido que a educação é um aspecto de fundamental importância para a existência humana, de modo que proporciona formação de homens e mulheres consciência de sua realidade, ao mesmo tempo construtor do ambiente onde estar inserido. A formação humana numa perspectiva crítica possibilita compreender a natureza como espaço que precisa estar em consonância com a vida de modo geral, onde o equilíbrio no ciclo da existência é de suma importância para a construção de uma sociedade saudável.

Inclui-se nessa esfera as perspectivas miradas para a educação, entendendo que a escolarização e a formação de pessoas nas instâncias formais são apontamentos basilares para os direcionamentos políticos em torno das chamadas sociedades sustentáveis (Verges; Góis; Senra,

2023, p. 4).

Se compreendermos que a educação em todas as instâncias são fundamentais para contribuir no fortalecimento de uma sociedade sustentável, pode se dizer que esse aspecto basilar da educação precisa assumir a responsabilidade de uma formação mais firme no que se refere a proteção ambiental, visto que o ambiente de modo geral estar em crise, provocada pela ação humana, uma realidade controversa com a proposta de uma educação consciente da realidade existente.

Fachin (2020) chama atenção para as greves que vem ocorrendo no mundo, em prol da crise ambiental, uma demonstrando que o nível de conscientização de homens e mulheres não estão assumindo a responsabilidade para uma vida saudável no planeta. “Essas greves globais pelo clima foram manifestações da sociedade civil para chamar a atenção à gravidade do fenômeno das mudanças climáticas e reivindicar a efetivação das políticas públicas nacionais e globais”. (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 4).

Nessa mesma direção Fachin (2020) destaca que em 2022 foi realizado a Conferência do Clima organizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), nesse evento debateu-se a necessidade da relação educação e mudanças climáticas, como categorias indispensáveis para construir formação que esteja comprometido com uma sociedade cada vez mais humana. Nesse evento destacou-se ainda que a educação precisa tornar-se mais firme em relação ao clima, não basta apenas estudar, mas compreender para intervir, inserir a realidade do clima nos currículos escolares, ao mesmo tempo propor ações para contribuir nas políticas efetivas em prol da redução da alteração climática.

Verges; Góis; Senra, (2023), ressaltam ainda que a Conferência do Clima Organizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, elaborou um conjunto de indicadores para intermediar a relação entre educação e mudanças climáticas, como requisito para contribuir na conscientização de uma sociedade mais humana.

Apontou-se notoriedade para o desenvolvimento de habilidades, sobretudo nos mais jovens, para a capacidade de lidar com as mudanças advindas das questões climáticas, tendo em vista suas realidades locais e a concentração nos métodos de aprendizagem também dos formadores nos contextos educacionais (Verges; Góis; Senra, 2023, p.5).

Isso demonstra que a comunidade internacional está preocupada com o fortalecimento entre educação e mudanças climáticas, compreendendo que a educação não pode estar distante da realidade. O clima sem dúvida é um elemento de fundamental importância para garantir a vida, e a educação deve tornar-se uma categoria de mediação, onde esteja comprometida com uma formação crítica e consciente das crianças, dos jovens e adultos sobre as graves mudanças climáticas que vêm ocorrendo nos últimos tempos.

Nesse espectro, é pertinente dimensionar se a EMC se enquadra numa proposta educacional restrita à sua finalidade, o que acaba por simplificar a complexidade das bases estruturais que envolvem os diferentes prismas políticos e econômicos das sociedades. O próprio conceito de mudanças climáticas se apresenta neste enredamento, haja visto que vivemos um tempo em que além de reafirmarmos a importância da ciência é preciso combater alguns movimentos anti-ciência, de anti-intelectualismo, como descreve (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 5).

Analisar a educação e mudanças climáticas é importante mencionar a luta de classe envolvido, de modo que há uma concepção no planeta que não acredita na ciência, não acredita no esgotamento da natureza, não concorda com ações efetivas para contribuir na construção de políticas públicas para impedir os avanços da crise climática. Essa é uma postura que precisa ser combatida, pois está presente em todos os lugares do mundo, uma realidade difícil de amenizar, pois são homens e mulheres com grande poder econômico e político.

Dessa forma, não basta simplesmente aplicarmos uma EMC, mas, sobretudo, é preciso afirmar uma educação ambiental crítica, aprofundando as discussões, [...] nesse enquadramento, promover um movimento de desvelar negacionistas contrários-contraditórios e sem bases científicas, para uma ecologia política em prol de sociedades sustentáveis (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 6).

É nessa concepção negacionista que a educação e mudanças climáticas vêm se configurando nas agendas dos governos e eventos nacionais e internacionais, uma postura de comportamento pautado nas ideologias do capital, prevalecendo o lucro em larga escala, daí a dificuldade de construir políticas públicas em prol de uma educação que esteja articulada com a realidade do clima no mundo (Mendes; Barba, 2022).

A luta não é fácil em prol de uma educação articulada com as mudanças climáticas, de modo que as concepções que não acreditam na ciência são históricas, ao

mesmo tempo estão ocupando os principais centros do poder. Daí a necessidade de ampliar formação nos diversos espaços da educação para contribuir para uma mudança e construção de uma mentalidade articulada com o conhecimento científico, reconhecendo as prioridades de desenvolver ações efetivas em prol da qualidade da vida no planeta.

As escolas e universidades não podem estar alheias a esse processo, sendo preciso pensarmos uma educação para além da crise climática e, em tempos de aligeiramento de conteúdos, sobretudo com as reformas neoliberais, faz-se necessário refletir de que maneira são orientadas as dinâmicas do trabalho na educação com as mudanças climáticas em foco (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 5).

Para Silva (2019), a educação e mudanças climática é um tema caro para os grandes empresários nacionais e internacionais, de modo que interfere nos lucros desses investidores, por isso que esse tema não é fácil de transformar em currículos escolares de qualquer instituições nos diversos níveis educacionais, porque os projetos educativos precisam passar pela aprovação das casas legislativa e senado federal, essas instituições são representadas por um corpo forte dos sujeitos que apoiam o desenvolvimento econômico pautado na exploração predatória dos bens naturais.

[...] a implementação dessa temática, dialogada na educação ambiental, é ainda um desafio, tendo em vista a falta de comprometimento com os instrumentos legais que garantem a abordagem do tema proposto nas escolas e, em simultâneo, a dificuldade prática dos exercícios de reflexão e conscientização sobre o mote (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 6).

O desafio de implementar a educação ambiental numa perspectiva crítica, onde considere a responsabilidade por um ambiente saudável, humano, estar atrelado as concepções políticas econômicas desenvolvidas a partir dos governos, empresários preocupados com agendas de enxugamento da máquina pública, favorecendo os grandes empresários, que lutam para manter e ampliar as ideologias mercadológica, ao mesmo tempo garantido um padrão de existência pautado no consumo exacerbado.

[...] desde os anos 80 há uma crescente de políticas para a educação com o denominado caráter neoliberal. Isso traz algumas características específicas, como os casos da responsabilização dos indivíduos no processo político e econômico, o aspecto gerencial da vida cotidiana, a noção de socialização das perdas, o foco na educação com finalidades delimitadas, ou seja, com objetivos pontuais a serem alcançados e, conjuntamente, uma espécie de fetichização da educação como mecanismo de resolução de todos os problemas que se desenvolvem nas esferas econômicas e sociais (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 16).

Nessa mesma linha de raciocínio Mendes; Barba (2022), compreendem que as políticas neoliberais intensificadas a partir da década de 70 vem construindo uma mentalidade pautada no desenvolvimento econômico do grande capital, onde uma pequena parcela da sociedade usufrui dos bens produzidos historicamente pela sociedade. Essa ideologia reforça a concentração de poder nas mãos de quem possui os instrumentos de produção, que amplia cada vez mais seus valores, seus lucros.

A partir das características erguidas com os trabalhos elencados, especificamente nesta revisão bibliográfica, é possível perceber alguma aproximação entre os contornos da EMC e a chamada educação neoliberal. Isso porque a EMC acaba se comportando como um instrumento de formação de pessoas para um mundo em crise, considerando que a ação individual na esfera local deva servir para o dimensionamento dos sujeitos num contexto constantemente em mudanças ambientais, provocadas - sobretudo - pelos agentes econômicos e políticos estruturais, mas com respostas necessárias provindas dos indivíduos em si, com ações particulares (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 17).

Para Silva (2019), é muito desigual a luta por uma sociedade sustentável, mais humana, com a interferência das políticas mercadológicas no contexto da educação. A desigualdade é materializada a partir dos instrumentos de ações, enquanto a classe que vive do trabalho luta com as organizações das comunidades, quilombolas, ribeirinhos, e outros movimentos sociais. A classe que detém o poder material, se articula com os grandes empresários, com os representantes do poder legislativo, senado e judiciário em prol de construir proposta pautada numa concepção econômica do grande capital.

Nesse íterim, ao mesmo tempo em que se desenha a necessidade de revisar os métodos existenciais para um menor impacto ao clima, propõe-se a orientação de estudantes para um mundo assentado nos moldes da individualização, com largas responsabilidades sobre os sujeitos, direcionando-os às contínuas incertezas num universo maiormente marcado por perigos em diversas escalas (Verges; Góis; Senra, 2023, p. 17).

Mendes; Barba (2022), compreendem que as políticas neoliberais presente no campo educativo, proporciona a construção de um currículo articulado com a formação de sujeito individualista, comprometido com o crescimento pessoal, como empreendedor, capaz de sozinho construir sua própria vida, sem depender de ninguém. Ao mesmo tempo fortalecendo as ideologias de homens e mulheres que centralizam os esforços para se sobressair no mundo dos negócios, compreendendo que o mundo é um processo de

competição entre os mais fortes, por isso os currículos escolares na concepção neoliberal requerem incentivar a formação de competidores, os melhores articuladores do mercado.

Contrapondo essa concepção educacional, há necessidade de fortalecer uma educação ambiental que esteja comprometida com a formação de homens e mulheres na perspectiva de uma sociedade cada vez mais democrática, humana, onde os sujeitos sintam-se comprometidos com o ambiente cada vez mais sustentável, reconhecendo que há possibilidade de construir o desenvolvimento econômico pautado numa concepção ecológica, sem destruição predatória do ambiente.

Ao se contrapor a esse modelo, a EA crítica propõe uma leitura socioambiental e ética dos problemas ecológicos; soluções sociopolíticas, e não meramente técnicas, para a crise ambiental; mudanças coletivas na esfera pública, para além das mudanças comportamentais na esfera privada; defesa de transformação da ordem social e de um conhecimento autonomista, dialógico e inovador no campo pedagógico (Lima; Torres; Rebouças, 2022, p. 5).

Nesse sentido, compreende-se que a educação e mudanças climáticas, depende de uma proposta educacional ambiental que esteja articulada com as concepções socioeconômico e político da sociedade, na perspectiva democrática, onde a formação dos indivíduos considere a valorização e o respeito pela natureza de modo geral, reconhecendo que a vida na terra é um ciclo que precisa ser respeitado para a perpetuação da espécie humana.

Nesses contextos, ela pode semear o avanço da cultura política, permitindo que a população adquira conhecimento de seus direitos de cidadão e que os instrumentalize para ação política numa democracia; que entenda o sentido da representação política e do voto; que lhes permita identificar seus aliados e adversários políticos; que capacite os indivíduos para a educação e para o trabalho decente; e que, superada a linha da pobreza e da fome, possa valorizar a natureza, que nos acolhe e da qual dependemos para existir (Lima; Torres; Rebouças, 2022, p. 6).

Os desafios entre educação e mudanças climáticas é uma realidade histórica que precisa ser combatida, porém, há necessidade de uma organização geral da sociedade internacional, não é possível combater as crises climáticas com apenas parte da sociedade global, é preciso forte mobilização de todos em prol de um ambiente cada vez mais sustentável e possível de existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental é fundamental para promover a sustentabilidade e garantir uma sociedade mais consciente e responsável com o meio ambiente. Ela desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos, capacitados para tomar decisões informadas e adotar práticas que minimizem impactos negativos ao planeta.

Ao integrar a educação ambiental nas escolas, comunidades e empresas, é possível incentivar a adoção de hábitos sustentáveis, como o consumo consciente, a redução de resíduos e a preservação dos recursos naturais. Além disso, contribui para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas que visam o equilíbrio entre o crescimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental.

A educação ambiental é a sustentabilidade é essencial para a preservação do planeta Terra, pois promove a conscientização e a responsabilidade sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente. Por meio do aprendizado e da sensibilização, as pessoas compreendem a importância de práticas sustentáveis, como a redução do consumo, o descarte correto de resíduos, a preservação da biodiversidade e o uso consciente dos recursos naturais.

Ao inserir a educação ambiental no cotidiano das escolas, comunidades e empresas, cria-se uma cultura de respeito à natureza, incentivando atitudes que minimizam a degradação ambiental e contribuem para o equilíbrio ecológico. Além disso, cidadãos bem informados podem cobrar e apoiar políticas públicas que favoreçam a sustentabilidade.

Dessa forma, a educação ambiental é um pilar fundamental para garantir um futuro sustentável, onde o desenvolvimento econômico e social ocorra em harmonia com a preservação dos ecossistemas, assegurando qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

É importante mencionar que as práticas pedagógicas dos professores/as em sala de aula seguem recomendações dos documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular, e entre outros. Esses documentos são oriundos da proposta do Estado. Esse por sua vez segue os ditames das orientações das agências nacionais e internacionais, ancorada no sistema econômico mercadológico. Daí a dificuldade de construir uma

proposta pedagógica que estejam comprometidas com a mudança de mentalidade em prol de um ambiente saudável.

As alternativas para construir mentalidade em prol de mudança nas estruturas do modo de produção requer a organização, principalmente da classe que vive do trabalho. Essa por sua vez deve se organizar para interferir na transformação do Estado, de modo que esse órgão é o responsável para direcionar as políticas públicas para o sistema educacional, ou seja, as escolas estão atreladas as normas do sistema da educação, portanto, se quisermos mudanças no projeto das escolas faz-se necessário alterar a concepção do Estado em prol de uma sociedade cada vez mais sustentável.

O Estudo dessa temática demonstrou que tanto a sociedade como a escola precisam cada vez mais e urgente avançar nos estudos sobre a educação ambiental e sustentabilidade inserido nos currículos escolares principalmente no ensino de ciências biológicas, de forma responsável e planejada. Dessa forma, precisa ampliar cada vez mais os debates, estudos, palestras sobre esse assunto para demonstrar que a educação ambiental e sustentabilidade está relacionada diretamente com a vida de cada um e do planeta terra e o conhecimento sobre isso faz toda a diferença na construção e preservação de uma postura crítica e racionada no nosso planeta.

Portanto, a educação ambiental e sustentabilidade só será alcançada por meio da educação e do engajamento da sociedade, promovendo uma cultura de respeito ao meio ambiente e garantindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

## REFERÊNCIA

IPCC. **Mudanças Climáticas 2022:** Mitigação das Mudanças Climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho III para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge, Reino Unido e Nova York, EUA: Cambridge University Press, 2022.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do Conservadorismo Dinâmico.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cy3gYL6yvvtgHX4ZFGYXmx/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 18/01/2025.

MENDES, B. M.; BARBA, C. H. de. **A educação ambiental na formação docente em escolas rurais no município de Porto Velho-RO**. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação,[S. l.], v. 9, p. 1–22, 2022. DOI: 10.26568/2359-2087.2022.6368. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6368>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SILVA, E. M. **O papel da Educação Ambiental nas ações de combate as mudanças climáticas**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 14, n. 2, p. 387- 396, 2019.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acessado em: 08/01/2025.

VERGES, João Vitor Gobis; GÓIS; Rômulo Lima Silva de; Ronaldo Eustáquio Feitoza SENRA. **Uma contribuição ao entendimento da educação para as mudanças climática seduca** – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 10, p. 1-21, Jan./Dez., 2023. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/download/7088/1173>. Acessado em: 17/01/2025.

Submissão: outubro de 2024. Aceite: novembro de 2024. Publicação: fevereiro de 2025.